

Demonstrações Contábeis Individuais e Consolidadas

Guaimbê Solar Holding S.A.

31 de dezembro de 2022
com Relatório do Auditor Independente

Guaimbê Solar Holding S.A.

Demonstrações contábeis individuais e consolidadas

31 de dezembro de 2022

Índice

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas.....	1
Demonstrações contábeis auditadas	
Balanços patrimoniais.....	4
Demonstrações dos resultados.....	6
Demonstrações dos resultados abrangentes.....	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido.....	8
Demonstrações dos fluxos de caixa.....	9
Notas explicativas às demonstrações contábeis.....	10

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Aos
acionistas e Administradores da
Guaimbê Solar Holding S.A.
São Paulo - SP

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Guaimbê Solar Holding S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram auditadas por outro auditor independente que emitiu relatório em 30 de maio de 2022, com opinião sem modificação sobre essas demonstrações contábeis individuais e consolidadas.

Responsabilidade da diretoria e da governança pelas demonstrações contábeis individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis individuais de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e das demonstrações contábeis consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;



Building a better
working world

- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 16 de novembro de 2023.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O


Adilvo França Junior
Contador CRC 1BA-021419/O

Guaimbê Solar Holding S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
ATIVO CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	3	47	41	4.446	5.119
Investimentos de curto prazo	3	22.686	908	537.751	347.864
Contas a receber de clientes		-	-	61.987	39.923
Contas a receber partes relacionadas		-	-	536	-
Tributos e contribuições sociais compensáveis		60	420	12.787	2.541
Estoques		-	-	17.643	10.373
Conta de ressarcimento	7	-	-	17.494	3.005
Varição cambial fornecedores		-	6.667	-	-
Cauções e depósitos vinculados		-	-	-	27.104
Outros ativos		1.280	414	11.678	3.666
TOTAL ATIVO CIRCULANTE		24.073	8.450	664.322	439.595
ATIVO NÃO CIRCULANTE					
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	-	19.245	7.643
Conta de ressarcimento	7	-	-	2.491	2.691
Investimentos em controladas	4	2.887.035	1.967.571	-	-
Cauções e depósitos vinculados		-	-	35.235	58
Contas a receber partes relacionadas		-	-	141.972	-
Outros ativos		488	14	4.620	3.472
Imobilizado, líquido	5	-	-	2.515.437	1.838.803
Intangível, líquido		59	79	69.616	73.817
TOTAL ATIVO NÃO CIRCULANTE		2.887.582	1.967.664	2.788.616	1.926.484
TOTAL DO ATIVO		2.911.655	1.976.114	3.452.938	2.366.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

BALANÇOS PATRIMONIAIS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
<u>PASSIVO CIRCULANTE</u>					
Fornecedores		92	420	11.705	33.197
Debêntures	6	-	-	26.596	39.152
Imposto de renda e contribuição social a pagar		-	19	9.763	4.396
Tributos a pagar		16	2	2.323	1.562
Dividendos a pagar		-	940	45	940
Conta de ressarcimento	7	-	-	47.858	117.465
Passivo de arrendamento		-	-	1.840	474
Encargos setoriais		-	-	228	147
Outras obrigações		-	-	1.711	384
TOTAL PASSIVO CIRCULANTE		108	1.381	102.069	197.717
<u>PASSIVO NÃO CIRCULANTE</u>					
Tributos e contribuições sociais diferidos		-	2.267	2.275	-
Conta de ressarcimento	7	-	-	259.745	43.878
Debêntures	6	-	-	44.144	66.549
Passivo de arrendamento		-	-	80.425	44.799
Provisões para processos judiciais e outros		-	-	697	182
Outras obrigações		-	-	52.036	40.488
TOTAL PASSIVO NÃO CIRCULANTE		-	2.267	439.322	195.896
<u>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</u>					
Capital social subscrito e integralizado	8	2.287.984	1.480.680	2.287.984	1.480.680
Outros resultados abrangentes		379	-	379	-
Reservas de capital		517.036	390.003	517.036	390.003
Reserva de lucros	8	20.078	8.757	20.078	8.757
Dividendos adicionais propostos		86.070	93.026	86.070	93.026
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.911.547	1.972.466	2.911.547	1.972.466
TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		2.911.655	1.976.114	3.452.938	2.366.079

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Notas	Controladora		Consolidado	
		2022	2021	2022	2021
Receita líquida	9	-	-	524.772	317.247
Custo de produção e operação de energia	10	-	-	(330.394)	(190.649)
LUCRO BRUTO		-	-	194.378	126.598
Gerais e administrativas	11	(2.124)	(618)	(11.509)	(7.132)
Outras receitas (despesas) operacionais	12	228	311	21.514	(569)
TOTAL DAS DESPESAS E RECEITAS OPERACIONAIS		(1.896)	(307)	10.005	(7.701)
Resultado de equivalência patrimonial	4	232.278	96.219	-	-
RESULTADO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO E DOS TRIBUTOS		(1.896)	(307)	204.383	118.897
RESULTADO FINANCEIRO					
Receitas financeiras		467	4.231	85.787	26.285
Despesas financeiras		(6.675)	-	(38.209)	(31.080)
TOTAL DO RESULTADO FINANCEIRO	13	(6.208)	4.231	47.578	(4.795)
RESULTADO ANTES DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO		224.174	100.143	251.961	114.102
Imposto de renda e contribuição social corrente		-	(551)	(34.811)	(17.749)
Imposto de renda e contribuição social diferido		2.267	(680)	9.291	2.559
TOTAL DOS TRIBUTOS SOBRE O LUCRO	14	2.267	(1.231)	(25.520)	(15.190)
LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		226.441	98.912	226.441	98.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Lucro líquido do exercício	226.441	98.912	226.441	98.912
Outros resultados abrangentes	379	-	379	-
TOTAL DE RESULTADOS ABRANGENTES DO EXERCÍCIO, LÍQUIDO DE IMPOSTOS	226.820	98.912	226.820	98.912

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

Guaimbê Solar Holding S.A

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

(Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Descrição	Notas	Capital social subscrito e integralizado	Reserva de capital	Reserva legal	Outros resultados abrangentes	Dividendos adicionais propostos	Lucros acumulados	Total do Patrimônio Líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2020		1.335.609	-	3.811	-	33.790	-	1.373.210
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	98.912	98.912
Aumento de capital		427.500	-	-	-	-	-	427.500
Redução de capital		(282.429)	-	-	-	-	-	(282.429)
Reserva de Capital – Transações de Capital		-	427.500	-	-	-	-	427.500
Custos com emissão de ações		-	(37.497)	-	-	-	-	(37.497)
Constituição de reserva legal		-	-	4.946	-	-	(4.946)	-
Distribuição de dividendos complementares		-	-	-	-	(33.790)	-	(33.790)
Dividendos mínimos obrigatórios		-	-	-	-	-	(940)	(940)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	93.026	(93.026)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2021	8	1.480.680	390.003	8.757	-	93.026	-	1.972.466
Lucro líquido do exercício		-	-	-	-	-	226.441	226.441
Aumento de capital		807.304	127.033	-	-	-	-	934.337
Outros resultados abrangentes		-	-	-	379	-	-	379
Distribuição dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	(93.026)	-	(93.026)
Constituição de reserva legal		-	-	11.321	-	-	(11.321)	-
Distribuição de dividendos intermediários		-	-	-	-	-	(129.050)	(129.050)
Dividendos adicionais propostos		-	-	-	-	86.070	(86.070)	-
Saldos em 31 de dezembro de 2022	8	2.287.984	517.036	20.078	379	86.070	-	2.911.547

Guaimbê Solar Holding S.A
DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021
 (Valores expressos em milhares de reais – R\$)

Notas	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Atividades operacionais:					
Lucro líquido do exercício	226.441	98.912	226.441	98.912	
Ajustes para conciliar o lucro líquido do exercício com o caixa das atividades operacionais:					
Depreciação e amortização	4 e 5	4.088	3.652	154.758	111.026
Atualização monetária		-	(61)	(5.291)	(1.518)
Juros sobre arrendamentos e aluguéis		-	-	7.571	4.267
Receita aplicação financeira em investimento curto prazo	13	(405)	(2.037)	(60.304)	(18.368)
Varição cambial - fornecedores		-	(2.280)	(2.301)	(2.280)
Custo de empréstimos (encargos de dívidas)	6.1	-	-	14.365	22.668
Provisão processos judiciais		-	-	515	182
Tributos diferidos		(2.267)	680	(9.291)	(2.559)
Baixa de ativo imobilizado	5	-	-	-	538
Resultado de equivalência patrimonial	4	(235.967)	(99.871)	-	-
		(8.110)	(1.005)	326.463	212.868
Varição dos ativos e passivos operacionais		5.418	886	(259.190)	107.599
Pagamento de juros (encargos de dívidas)	6.1	-	-	(7.847)	(10.244)
Pagamento de imposto de renda e contribuição social		-	(948)	(26.636)	(15.769)
Juros resgatados de investimentos de curto prazo		151	2.077	44.325	13.497
(Aplicação) resgates em investimentos de curto prazo		(21.588)	4.384	(153.467)	78.027
Caixa líquido (aplicado) gerado pelas atividades operacionais		(24.129)	5.394	(76.352)	385.978
Atividades de investimentos:					
Dividendos recebidos		247.847	159.227	-	-
Aquisições de ativo imobilizado e intangível	5	-	20	(27.230)	(21.266)
Aumento de capital em controladas	4	(343.784)	(715.294)	-	-
Redução de capital em controladas	4	-	50.000	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos		(95.937)	(506.047)	(27.230)	(21.266)
Atividades de financiamentos:					
Dividendos pagos		(223.016)	(34.426)	(223.307)	(34.426)
Pagamento de debênture (principal)	6.1	-	-	(41.479)	(42.634)
Pagamento de passivo de arrendamento (principal)		-	-	(1.742)	(489)
Aumento de capital		343.088	427.500	198.613	427.500
Redução de capital		-	(282.429)	-	(282.429)
Emissão de ações preferenciais		-	427.500	163.088	427.500
Custo na emissão de ações preferenciais		-	(37.497)	-	(37.497)
Recursos para futuro aumento de capital		-	-	-	(854.409)
(Aplicações) resgates de cauções e depósitos vinculados		-	-	7.736	31.523
Caixa líquido usado nas atividades de financiamentos		120.072	500.648	102.909	(365.361)
Aumento (redução) de caixa e equivalentes de caixa		6	(5)	(673)	(649)
No início do exercício		41	46	5.119	5.768
No final do exercício		47	41	4.446	5.119
Saldo final de caixa e equivalentes de caixa		6	(5)	(673)	(649)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações contábeis

1 INFORMAÇÕES GERAIS

A Guaimbê Solar Holding S.A. (“Companhia” ou “Controladora”), com sede na Cidade de São Paulo, estado de São Paulo, na Avenida Nações Unidas, 12495, 12º andar, Brooklin Paulista, São Paulo - SP – CEP 04578-000, foi constituída em 21 de junho de 2018, na forma de sociedade por ações de capital fechado e tem como objeto social principal participar no capital social de outras sociedades.

A partir de 04 de setembro de 2018 a Companhia passou a ser controlada diretamente pela AES Brasil Operações S.A. (“AES Operações”), sociedade por ações de capital aberto, que tem suas atividades regulamentadas e fiscalizadas pela Agência Nacional de Energia Elétrica-ANEEL, vinculada ao Ministério de Minas e Energia.

1.1 Geração solar

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Unidades geradoras	Capacidade instalada MW	Garantia física MWh
Solar Guaimbê									
Guaimbê I	6º LER/2014	257/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê II	6º LER/2014	258/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê III	6º LER/2014	259/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê IV	6º LER/2014	260/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Guaimbê V	6º LER/2014	261/2015	15/06/15	15/06/50	35 anos	2018	22	30,0	5,9
Subtotal							110,0	150,0	29,5
Solar Água Vermelha									
AGV IV	25º LEN/2017	244/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	15,2	4,0
AGV V	25º LEN/2017	243/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	8,0
AGV VI	25º LEN/2017	242/2018	14/06/18	13/06/53	35 anos	2019	22	30,4	7,9
Subtotal							66,0	76,0	19,9
Total							176,0	226,0	49,4

Em 31 de dezembro de 2022, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) está conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
Solar Guaimbê								
Guaimbê I	6º LER/2014	CCEE	51.826	343,23	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê II	6º LER/2014	CCEE	51.826	343,23	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê III	6º LER/2014	CCEE	51.826	350,94	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê IV	6º LER/2014	CCEE	51.826	350,94	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Guaimbê V	6º LER/2014	CCEE	51.826	350,94	out/17	set/37	IPCA	Outubro
Total			259.130					
Solar Água Vermelha								
AGV IV	25º LEN/2017	Distribuidoras	35.136	181,11	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
AGV V	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	181,11	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
AGV VI	25º LEN/2017	Distribuidoras	69.394	182,56	jan/21	dez/40	IPCA	Janeiro
Subtotal			173.924					
Total			433.054					

1.2 Geração eólica

Parque Gerador	Contrato / Leilão	Portaria MME	Publicação portaria	Vigência da autorização	Prazo de autorização	Ano de conclusão da planta	Quantidade de aerogeradores	Capacidade instalada MW	Garantia física MW (i)
<u>Eólico Alto Sertão II</u>									
Ametista	12º LEN/2011	135/2012	15/03/12	14/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,3
Borgo	12º LEN/2011	222/2012	16/04/12	15/04/47	35 anos	2016	12	20,2	11,2
Caetitê	12º LEN/2011	167/2012	23/03/12	14/03/47	35 anos	2016	18	30,2	16,6
Dourados	12º LEN/2011	130/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	17	28,6	10,4
Espigão	12º LEN/2011	172/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	6	10,1	5,8
Maron	12º LEN/2011	107/2012	12/03/12	11/03/47	35 anos	2015	18	30,2	12,5
Pelourinho	12º LEN/2011	168/2012	23/03/12	22/03/47	35 anos	2016	13	21,8	12,4
Pilões	12º LEN/2011	128/2012	14/03/12	13/03/47	35 anos	2015	18	30,2	11,4
Serra do Espinhaço	12º LEN/2011	171/2012	26/03/12	25/03/47	35 anos	2016	11	18,5	10,6
Araçás	3º LER/2010	241/2011	08/04/11	07/03/46	35 anos	2014	19	31,9	15,5
Da Prata	3º LER/2010	177/2011	28/03/11	27/03/46	35 anos	2014	13	21,9	10,1
Morrão	3º LER/2010	268/2011	25/04/11	24/04/46	35 anos	2014	18	30,2	16,1
Seraíma	3º LER/2010	332/2011	31/05/11	30/05/46	35 anos	2014	18	30,2	17,5
Tanque	3º LER/2010	330/2011	30/05/11	29/05/46	35 anos	2014	18	30,0	13,9
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	161/2011	21/03/11	20/03/46	35 anos	2014	14	23,5	10,1
Subtotal							230	386,1	184,4
<u>Eólico Ventus</u>									
Miassaba 3	2º LER/2009	740/2010	20/08/10	19/08/45	35 anos	2014	41	68,5	22,8
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	963/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	35	58,4	21,9
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	964/2010	13/12/10	12/12/45	35 anos	2014	36	60,1	21,1
Subtotal							112	187	65,8
Total							342	573	250

Em 31 de dezembro de 2022, a comercialização de energia contratada no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) estava conforme abaixo:

Controladas	Contrato	Energia anual contratada (MWh)			Prazo			
		Compradora	Energia anual contratada MWh	Preço Médio atualizado MWh	Inicial	Final	Índice de correção	Mês de reajuste
<u>Eólico Alto Sertão II</u>								
Da Prata	3º LER/2010	CCEE	85.760	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Araçás	3º LER/2010	CCEE	106.784	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Morrão	3º LER/2010	CCEE	124.848	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Seraíma	3º LER/2010	CCEE	125.846	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Tanque	3º LER/2010	CCEE	111.988	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Ventos do Nordeste	3º LER/2010	CCEE	88.476	249,02	set/13	ago/33	IPCA	setembro
Subtotal			643.702					
Ametista	12º LEN/2011	Distribuidoras	121.764	186,20	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Borgo	12º LEN/2011	Distribuidoras	84.972	184,73	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Caetitê	12º LEN/2011	Distribuidoras	125.268	185,04	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Dourados	12º LEN/2011	Distribuidoras	115.632	184,99	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Espigão	12º LEN/2011	Distribuidoras	42.924	187,19	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Maron	12º LEN/2011	Distribuidoras	120.888	185,81	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pelourinho	12º LEN/2011	Distribuidoras	103.368	185,65	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Pilões	12º LEN/2011	Distribuidoras	114.756	183,56	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Serra Espinhaço	12º LEN/2011	Distribuidoras	77.964	182,82	jan/16	dez/35	IPCA	janeiro
Subtotal			907.536					
<u>Complexo Eólico Ventus</u>								
Miassaba 3	2º LER/2009	CCEE	184.316	325,34	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Reis dos Ventos 1	2º LER/2009	CCEE	160.999	326,84	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Reis dos Ventos 3	2º LER/2009	CCEE	165.102	327,48	jul/12	jun/32	IPCA	julho
Subtotal			510.417					
Total			2.061.655					

1.3 Acordo de Investimento com Itaú Unibanco S.A. (2ª fase)

Em 03 de janeiro de 2022, a AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A., um acordo de investimento por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais emitidas no contexto de um aumento de capital pela Guaimbê Holding e aportou R\$ 360.000 passando a deter participação de 23,72% de seu capital social.

Ainda, a transação incluiu a contribuição, realizada em 06 de janeiro de 2022, na Companhia, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding, sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos, Miassaba e Rei Dos Ventos, bem como sua participação nas sociedades AGV IV, AGV V e AGV VI, que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste.

1.4 Relação de empreendimentos controlados

As seguintes entidades são consideradas como controladas e estão incluídas nas demonstrações contábeis consolidadas:

Descrição	Atividade	Complexo	Sede	Participação	
				2022	2021
Controladas diretas:					
Nova Energia Holding S.A. ("Nova Energia") (i)	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
Guaimbê I Parque Solar Ltda. ("Guaimbê I")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê II Parque Solar Ltda. ("Guaimbê II")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê III Parque Solar Ltda. ("Guaimbê III")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê IV Parque Solar Ltda. ("Guaimbê IV")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Guaimbê V Parque Solar Ltda. ("Guaimbê V")	Geração solar	Complexo Guaimbê	Guaimbê, SP	100%	100%
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda. (Ventus Holding)	Holding	Complexo Ventus	Curitiba, Paraná	100%	-
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A. (AGV IV)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	-
AGV Solar V Geradora de Energia S.A. (AGV V)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	-
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A. (AGV VI)	Geração solar	Complexo Ouroeste	Ouroeste, SP	100%	-
Controladas indiretas:					
AES Tietê Eólica Participações S.A. ("Tietê Eólica")	Holding	Complexo Alto Sertão II	São Paulo, SP	100%	100%
Centrais Eólicas da Prata S.A. ("Da Prata")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Igaporã, BA	100%	100%
Centrais Eólicas dos Araçás S.A. ("Araçás")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Morrão S.A. ("Morrão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Seraíma S.A. ("Seraíma")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Tanque S.A. ("Tanque")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ventos do Nordeste S.A. ("Ventos do Nordeste")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Ametista S.A. ("Ametista")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Borgo S.A. ("Borgo")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindá, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Caetité S.A. ("Caetité")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindá, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Dourados S.A. ("Dourados")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Guanambi, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Espigão S.A. ("Espigão")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindá, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Maron S.A. ("Maron")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pelourinho S.A. ("Pelourinho")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindá, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Pilões S.A. ("Pilões")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Caetité, BA	100%	100%
Centrais Eólicas Serra do Espinhaço S.A. ("Serra do Espinhaço")	Geração eólica	Complexo Alto Sertão II	Pindá, BA	100%	100%
Brasventos Eolo Geradora de Energia S.A. (Brasventos)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	100%	-
Rei dos Ventos 3 Geradora de Energia S.A. (Rei dos Ventos)	Geração eólica	Complexo Ventus	Galinhas, RN	100%	-
Brasventos Miassaba 3 Geradora de Energia S.A. (Miassaba)	Geração eólica	Complexo Ventus	Macau, RN	100%	-

2 BASE DE PREPARAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Em 16 de novembro de 2023, a Diretoria da Companhia autorizou a conclusão das presentes demonstrações contábeis individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022.

2.1 Declaração de conformidade

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas estão preparadas de acordo com práticas contábeis adotadas no Brasil, incluindo os pronunciamentos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs), além das normas internacionais de contabilidade (*International Financial Reporting Standards – IFRS*), emitidas pelo *International Accounting Standards Board – IASB*.

A Companhia considerou as orientações contidas na Orientação Técnica OCPC 07 na elaboração das suas demonstrações contábeis. Desta forma, as informações relevantes próprias das demonstrações contábeis estão evidenciadas nas notas explicativas e correspondem às utilizadas pela Administração da Companhia na sua gestão.

2.2 Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2022, com base nos fatos e circunstâncias existentes nesta data, a Administração avaliou a capacidade da Companhia em continuar operando normalmente e está convencida de que suas operações têm capacidade de geração de fluxo de caixa suficiente para honrar seus compromissos de curto prazo e, assim dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a sua capacidade de continuar operando. Assim, estas demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no pressuposto de continuidade.

2.3 Moeda funcional e de apresentação

As demonstrações contábeis individuais e consolidadas foram preparadas e estão apresentadas em Reais (R\$), que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. A moeda funcional foi determinada em função do ambiente econômico primário de suas operações.

2.4 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

Na elaboração das demonstrações contábeis individuais e consolidadas a Companhia faz o uso de julgamentos e estimativas, com base nas informações disponíveis, bem como adota premissas que impactam os valores das receitas, despesas, ativos e passivos. Quando necessário, os julgamentos e as estimativas estão suportados por pareceres elaborados por especialistas. As premissas adotadas pela Companhia são revisadas periodicamente no curso ordinário dos negócios.

2.5 Pronunciamentos novos ou alterados que estão vigentes em 31 de dezembro de 2022

A Companhia avaliou os novos pronunciamentos ou alterações realizadas aos pronunciamentos já existentes, e quando aplicável, os implementou conforme requerido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”). A aplicação de tais alterações quando aplicáveis, e que resultaram em alterações materiais para as políticas contábeis adotadas pela Companhia foram apresentadas nas respectivas notas explicativas.

2.6 Pronunciamentos novos ou alterados, mas ainda não vigentes em 31 de dezembro de 2022

As normas e interpretações novas e alteradas emitidas, mas ainda não vigentes até a data de emissão das demonstrações financeiras da Companhia, foram avaliadas e, até o momento, não foi identificado a possibilidade de ocorrência de impactos significativos para essas normas e interpretações novas e alteradas. A Companhia pretende adotá-las, se aplicável, quando entrarem em vigor.

3 CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA E INVESTIMENTOS DE CURTO PRAZO

Os investimentos que, na data de sua aquisição têm prazo de vencimento igual ou menor que três meses, mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e de alta liquidez são prontamente conversíveis em caixa e estão sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor são registrados como equivalentes de caixa. Os investimentos com vencimento superior a três meses são classificados na rubrica “Investimentos de curto prazo”.

Os investimentos de curto prazo em CDB-DI são mensurados ao valor justo por meio do resultado. Os investimentos de curto prazo estão demonstrados pelo custo acrescido dos juros auferidos, por não apresentarem diferença significativa em relação ao seu valor de mercado.

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa				
Numerário disponível	47	41	4.446	5.119
Total	47	41	4.446	5.119

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Investimentos de curto prazo				
CDB-DI	22.686	908	537.751	347.864
Total	22.686	908	537.751	347.864

Em 31 de dezembro de 2022, os investimentos de curto prazo estão representados por CDBs com liquidez diária e rentabilidade média de 100,00% do Certificado de Depósito Interbancário – CDI (99,10% em 31 de dezembro de 2021).

4 INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta o investimento e principais informações das controladas. Esse investimento é avaliado com base no método de equivalência patrimonial nas demonstrações contábeis da controladora, inicialmente reconhecidos pelo seu valor de custo.

Controladas	Quantidade de quotas/ações do capital social	Percentual de participação	Valor do ativo	Valor do passivo	Valor do capital social	Valor do patrimônio líquido	Lucro líquido do exercício
Guaimbê I Parque Solar Ltda ("Guaimbê I")	13.794.856.479	100%	151.082	10.902	137.949	140.180	15.531
Guaimbê II Parque Solar Ltda ("Guaimbê II")	10.289.078.794	100%	113.514	6.814	102.891	106.700	19.526
Guaimbê III Parque Solar Ltda ("Guaimbê III")	8.708.572.391	100%	98.439	6.721	87.086	91.718	17.352
Guaimbê IV Parque Solar Ltda ("Guaimbê IV")	10.013.104.896	100%	111.232	6.743	100.131	104.488	20.084
Guaimbê V Parque Solar Ltda ("Guaimbê V")	10.313.590.606	100%	114.051	6.624	103.136	107.427	18.255
Nova Energia Holding S.A.	1.451.796.905	100%	1.304.846	498	1.258.603	1.304.348	98.321
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	520.257.670	100%	551.329	765	520.378	550.564	20.998
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A	103.184.178	100%	109.512	7.442	103.184	102.069	3.734
AGV Solar V Geradora de Energia S.A	152.186.414	100%	165.391	10.644	152.186	154.746	10.850
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A	154.587.527	100%	167.297	10.122	154.587	157.175	11.378
Total			2.886.693	67.276	2.720.131	2.819.415	236.029

A composição dos investimentos no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 é como segue:

Composição do investimento	Controladora	
	2022	2021
Participação societária permanentes:		
Avaliadas pelo método de equivalência patrimonial	2.819.415	1.895.886
Direitos contratuais decorrentes de aquisição de ativos	59.611	63.253
Direitos de exploração de autorização decorrente de aquisição de ativos	8.136	8.432
Ajustes a valor justo do investimento adquirido	(127)	-
Total	2.887.035	1.967.571

A movimentação dos investimentos no período findo em 31 de dezembro de 2022 e 2021 é como segue:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Contribuição de capital (i)	Aumento de capital social	Amortização do intangível e da mais valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	158.324	-	-	(816)	15.531	(19.301)	153.737
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	126.587	-	-	(813)	19.526	(25.004)	120.295
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	113.381	-	-	(813)	17.352	(24.895)	105.025
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	124.206	-	-	(813)	20.084	(25.404)	118.074
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	127.251	-	-	(813)	18.255	(23.693)	121.001
Nova Energia Holding S.A.	1.317.822	-	-	-	98.321	(111.796)	1.304.348
Ventus Holding de Energia Eólica Ltda	-	319.185	210.863	-	20.998	(482)	550.564
AGV Solar IV Geradora de Energia S.A	-	74.187	26.584	-	3.866	(2.519)	102.119
AGV Solar V Geradora de Energia S.A	-	98.179	53.168	-	10.920	(7.539)	154.728
AGV Solar VI Geradora de Energia S.A	-	99.697	53.168	-	11.493	(7.215)	157.144
Total	1.967.571	591.249	343.784	(4.068)	236.346	(247.847)	2.887.035

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Aumento / (redução) de capital social	Amortização do intangível e da mais valia gerado na aquisição de ativos	Equivalência Patrimonial	Dividendos	Saldo em 31 de dezembro de 2021
Guaimbê I Parque Solar S.A. ("Guaimbê I")	164.864	(12.000)	(748)	6.208	-	158.324
Guaimbê II Parque Solar S.A. ("Guaimbê II")	127.719	(5.000)	(749)	9.288	(4.671)	126.587
Guaimbê III Parque Solar S.A. ("Guaimbê III")	125.383	(14.000)	(665)	12.175	(9.512)	113.381
Guaimbê IV Parque Solar S.A. ("Guaimbê IV")	132.557	(10.000)	(747)	9.676	(7.280)	124.206
Guaimbê V Parque Solar S.A. ("Guaimbê V")	133.553	(9.000)	(743)	9.729	(6.288)	127.251
Nova Energia Holding S.A.	681.209	715.294	-	52.795	(131.476)	1.317.822
Total	1.365.285	665.294	(3.652)	99.871	(159.227)	1.967.571

- (i) Até dezembro de 2021, a AES Operações possuía 100% de participação societária nas entidades Ventus Holding, AGV Solar IV, AGV Solar V e AGV Solar VI. Em janeiro de 2022 a AES Operações efetuou uma contribuição de capital de modo que a Guaimbê Holding passou a ter controle de 100% de participação societária, mediante aumento de capital com integralização total das ações das respectivas entidades, conforme laudo de avaliação do patrimônio líquido contábil, emitido por avaliadores.

5 IMOBILIZADO

A Companhia e suas controladas utilizam os critérios definidos pelo Órgão Regulador, para determinação da vida útil estimada dos bens do ativo imobilizado, sendo que, no julgamento da Administração, tais vidas úteis refletem, significativamente, a vida útil econômica dos ativos.

Os bens do ativo imobilizado foram inicialmente mensurados a custo na data de aquisição, e são deduzidos das respectivas depreciações nas mensurações subsequentes.

A depreciação é calculada pelo método linear com base nas taxas determinadas pela ANEEL, que na avaliação da administração, representam a vida útil dos bens, limitando-se ao período de autorização.

Quando partes significativas do ativo imobilizado são substituídas, essas partes são reconhecidas como ativo individual com vida útil e depreciação específica. Da mesma forma, quando uma manutenção relevante for feita, o seu custo é reconhecido no valor contábil do imobilizado, se os critérios de reconhecimento forem satisfeitos. Todos os demais custos de reparos e manutenção são reconhecidos na demonstração de resultado, quando incorridos.

Um item do ativo imobilizado é baixado quando é vendido ou quando nenhum benefício econômico futuro for esperado pelo seu uso ou venda. Eventual ganho ou perda resultante da baixa do ativo são incluídos na demonstração do resultado, no exercício em que o ativo for baixado.

O resultado na alienação ou na retirada de um item do ativo imobilizado é determinado pela diferença entre o valor da venda e o saldo contábil do ativo e é reconhecido em “Outras receitas e despesas operacionais” na demonstração do resultado.

A provisão para desmantelamento de ativos refere-se aos custos e despesas a serem incorridos, assim como a obrigação que a Companhia deverá liquidar, no futuro, para retirada de serviço dos seus ativos de longo prazo do Complexo eólico. A mensuração inicial é reconhecida como um passivo descontado a valor presente e, posteriormente, através do acréscimo de despesas financeiras ao longo do tempo. O custo de desativação de ativos equivalente ao passivo inicial é capitalizado como parte do valor contábil do ativo sendo depreciado durante o período de vida útil do ativo.

a) **A composição do ativo imobilizado é a seguinte:**

	Consolidado				
	2022				2021
	Taxas médias anuais de depreciação (%)	Custo	Depreciação acumulada	Saldos líquidos	Saldo líquido
Terrenos	-	2.503	-	2.503	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	2,77%	247.465	(79.499)	167.966	60.533
Máquinas e equipamentos	4,11%	3.043.742	(796.741)	2.247.001	1.722.172
Móveis e utensílios e outros	6,29%	327	(1)	326	13
Veículos	13,39%	2.733	(580)	2.153	664
Imobilizado em serviço		3.296.770	(876.821)	2.419.949	1.785.885
Imobilizado em curso (i)		20.118	-	20.118	11.010
Direito de uso do terreno arrendado (ii)	3,30%	86.273	(10.903)	75.370	41.908
Total		3.403.161	(887.724)	2.515.437	1.838.803

- (i) O saldo de imobilizado em curso é composto, principalmente, pela modernização do parque eólico em algumas de suas unidades geradoras. Esses ativos serão classificados como imobilizado em serviço assim que entrarem em operação.
- (ii) A Companhia e suas controladas reconhecem ativos de direito de uso na data de início do arrendamento. Esses ativos são mensurados ao custo, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável e ajustados por qualquer remensuração do passivo de arrendamento. São depreciados linearmente pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos, o que for menor. A Companhia e suas controladas reconheceram ativo de direito de uso de terrenos arrendados, com vida útil definida estimada entre 27 e 30 anos, depreciados à taxa média de 3,30%. Para determinação da vida útil foi considerado o prazo do contrato ou o período de concessão/autorização, dos dois o menor.

b) **Movimentação do ativo imobilizado**

A movimentação do ativo imobilizado no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 e de 31 de dezembro de 2021 é como segue:

	Consolidado						
	Saldo em 31 de dezembro de 2021	Efeito da contribuição de participação no Complexo Eólico Ventus e Solar Ouroeste	Adições	Remensuração (ii)	Provisão para desmantelamento	Transferências e reclassificações (i)	Saldo em 31 de dezembro de 2022
Terrenos	2.503	-	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.931	5.967	-	-	-	168.567	247.465
Máquinas e equipamentos	2.156.879	1.036.604	-	-	(11.375)	(138.366)	3.043.742
Veículos	682	250	-	-	-	1.801	2.733
Móveis e utensílios e outros	23	153	-	-	-	151	327
Imobilizado em curso	11.010	5.255	27.016	-	-	(23.163)	20.118
Direito de uso de terreno arrendado	46.417	17.489	11.965	10.990	-	(588)	86.273
Subtotal	2.290.445	1.065.718	38.981	10.990	(11.375)	8.402	3.403.161
Depreciação/Amortização	(451.642)	(278.400)	(146.907)	-	(2.593)	(8.182)	(887.724)
Total líquido	1.838.803	787.318	(107.926)	10.990	(13.968)	220	2.515.437

	Consolidado					Saldo em 31 de dezembro de 2021
	Saldo em 31 de dezembro de 2020	Adições	Provisão desmantelamento	Transferências	Baixas	
Terreno	2.503	-	-	-	-	2.503
Edificações, obras civis e benfeitorias	72.044	-	-	887	-	72.931
Máquinas e equipamentos	2.138.547	-	-	19.123	(791)	2.156.879
Móveis e utensílios e outros	23	-	-	-	-	23
Veículos	-	-	-	682	-	682
Em curso	10.436	21.266	-	(20.692)	-	11.010
Direito de uso do terreno arrendado	41.596	4.821	-	-	-	46.417
Subtotal	2.265.149	26.087	-	-	(791)	2.290.445
Depreciação	(342.514)	(103.090)	(1.782)	-	253	(447.133)
Depreciação do direito de uso do terreno arrend.	(2.869)	(1.640)	-	-	-	(4.509)
Total	1.919.766	(78.643)	(1.782)	-	(538)	1.838.803

- (i) Trata-se de reclassificações de intangível para imobilizado.
- (ii) O passivo de arrendamento é remensurado quando há uma alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração em índice ou taxa, extensão ou rescisão ou se há pagamento de arrendamento fixo em essência. Quando o passivo de arrendamento é remensurado dessa maneira, é efetuado um ajuste correspondente ao valor contábil do ativo de direito de uso.

A Companhia e suas controladas revisam, no mínimo, anualmente, a existência de eventos ou mudanças que possam indicar deterioração no valor recuperável dos ativos não circulantes ou de longa duração. O valor recuperável é o maior entre o valor justo menos custos de venda e o valor em uso. O cálculo do valor justo menos custos de venda é baseado em informações disponíveis de transações de venda de ativos similares ou preços de mercado menos custos adicionais para descartar o ativo.

Em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia e suas controladas não identificaram indicativos de perda do valor recuperável de seu ativo imobilizado.

6 DEBÊNTURES

6.1 Os saldos de debênture, não conversível está composto da seguinte forma:

	Vencimento	Taxa Efetiva ⁽ⁱ⁾	Consolidado							Total circulante + não circulante
			2022				2021			
			Circulante			Não Circulante				
	Encargos	Principal	Custos a amortizar	Total	Principal	Custos a amortizar	Total			
Debênture										
Debênture - 1ª Emissão (1ª série)	2025	IPCA + 7,61% aa	82 0	9.792	(303)	9.571	15.912	(606)	15.306	24.877
Debênture - 1ª Emissão (2ª Série)	2025	IPCA + 7,87% aa	154 0	17.159	(288)	17.025	29.415	(577)	28.838	45.863
Total da dívida			236	26.951	(591)	26.596	45.327	(1.183)	44.144	70.740

6.2 Movimentação da debênture é como segue:

	Consolidado
	Debêntures
Saldo em 31 de dezembro de 2020	135.911
Encargos financeiros	10.180
Variação monetária	12.932
Pagamento de principal	(42.634)
Pagamento de encargos financeiros	(10.244)
Diferimento custos de transação	(880)
Amortização custos de transação	436
Saldo em 31 de dezembro de 2021	105.701
Encargos financeiros	7.701
Variação monetária	6.073
Pagamento de principal	(41.479)
Pagamento de encargos financeiros	(7.847)
Amortização custos de transação	591
Saldo em 31 de dezembro de 2022	70.740

6.3 Características do contrato de debêntures estão descrito a seguir:

Companhia	Descrição	Valor Ingresso	Data Emissão	Taxa Contratual	Pagamento de Juros	Sistema de amortização do Principal	Montante	Vencimento	Covenants	Finalidade
AES Tietê Eólica	1ª Emissão Debêntures de Infraestrutura	146.000	15 de dezembro de 2014	IPCA + 7,61% aa (1ª série)	Semestral	Semestral	24.877	Dezembro de 2025	Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD"): calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada período social - ICSD: $\geq 1,3x$	Financiamento dos parques de Alto Sertão II
				IPCA + 7,87% aa (2ª série)			45.863			

6.4 Parcelas relativas ao principal da debênture e custos de transação, atualmente classificadas no passivo não circulante:

	Consolidado		
	Debêntures	Custos de transação	Total
2024	24.503	(591)	23.912
2025	20.824	(592)	20.232
	45.327	(1.183)	44.144

6.5 Compromissos financeiros – “Covenants”

Como forma de monitoramento da situação financeira da controlada, seus credores, utilizam-se dos covenants financeiros, descritos nos contratos de debêntures, sendo o ICSD $\geq 1,3x$, onde o Índice de cobertura do serviço da dívida ("ICSD") é calculado a partir da divisão da geração de caixa pelo serviço da dívida calculado ao final de cada exercício social. A Administração da Companhia faz o acompanhamento de todas as obrigações contratuais.

7 CONTA DE RESSARCIMENTO

Os Contratos de Energia de Reserva celebrados entre as controladas que operam contratos do LER 2010 e a CCEE, assim como os contratos de Energia Nova entre o LEN 2011 (A-3) e as distribuidoras, estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada das usinas e a energia contratada. Se a contraprestação em um contrato incluir um valor variável, a Companhia reflete o valor da contraprestação a que terá direito em troca da transferência de bens ou serviços para o cliente. A contraprestação variável reflete o valor justo mais provável do ressarcimento, na qual não são esperados pela Companhia reversões significativas.

Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, conforme as regras descritas abaixo:

Os ressarcimentos por desvios negativos de geração (abaixo da faixa de tolerância – 10%) serão pagos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorados a 115% do preço de venda vigente, para os parques do LER 2010 e o maior valor entre o PLD médio do ano e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas após possíveis compensações com desvios positivos iniciados após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente, para os parques do LER 2010 e ao maior valor entre o PLD médio do quadriênio e a receita fixa unitária para os parques do LEN 2011.

Os ressarcimentos dos parques eólicos do LER 2010 e LEN 2011 por desvios positivos de geração (acima da faixa de tolerância de 30% para o LER 2010 e para os parques do LEN 2011 30%, 20%, 10% e 0% nos anos 1, 2, 3 e 4 de cada quadriênio, respectivamente) serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte para o caso do LER 2010, e mensalmente a partir do momento que a geração exceder a faixa de tolerância para os parques do LEN 2011. Os Parques do LER 2010 são valorados a 70% do preço de venda vigente e os parques do LEN 2011 são valorados pelo PLD mensal, conforme expresso nos referidos contratos. Os ressarcimentos que estiverem na faixa de tolerância de 30% de geração serão recebidos em 24 parcelas após possíveis compensações com desvios negativos iniciando após o final do primeiro quadriênio contado a partir do início de suprimento do contrato, valorado ao preço contratual vigente para os parques do LER 2010. O primeiro quadriênio do LER 2010 se encerrou em agosto de 2017 e do LEN 2011 em dezembro de 2019.

Para os parques do Complexo Solar Guaimbê (LER 2014) e Complexo Solar AGV (LEN 2017), os ressarcimentos por desvios negativos (abaixo da faixa de tolerância – 10%) de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 115% do preço de venda vigente. Os ressarcimentos por desvios negativos que estiverem na faixa de tolerância de 10% de geração serão ressarcidos em 12 parcelas mensais uniformes, após possíveis compensações com parques superavitários, valorado a 106% do preço contratual vigente. A receita variável por desvios positivos (acima da faixa de tolerância de 15%) de geração serão recebidos em 12 parcelas mensais uniformes ao longo do ano contratual seguinte, valorado a 30% do preço contratual vigente. A receita variável que estiver na faixa de tolerância de 15% de geração será recebida em 12 parcelas, após possíveis compensações com parques deficitários, valorado ao preço contratual vigente.

A receita dos Parques Eólicos e Solares é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente. Os ativos e passivos do ressarcimento representam os desvios positivos e negativos, respectivamente, que serão liquidados de acordo com as regras mencionadas acima.

A tabela a seguir apresenta os saldos de ressarcimentos dos passivos em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

	Consolidado			
	2022		2021	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
CIRCULANTE				
CCEE LER 2014	6.268	-	2.659	20
CCEE LER 2010	288	10.119	346	41.154
CCEE LER 2009	10.938	-	-	-
Distribuidoras - LEN 2011	-	36.468	-	76.291
Distribuidoras - LEN 2017	-	1.271	-	-
Total Circulante	17.494	47.858	3.005	117.465
NÃO CIRCULANTE				
CCEE LER 2014	2.491	-	2.403	10
CCEE LER 2010	-	60.589	288	8.746
CCEE LER 2009	-	88.797	-	-
Distribuidoras - LEN 2011	-	110.105	-	35.122
Distribuidoras - LEN 2017	-	254	-	-
Total Não Circulante	2.491	259.745	2.691	43.878
Total	19.985	307.603	5.696	161.343

A movimentação dos saldos de ressarcimentos é como segue:

	Consolidado										
	Saldo final 31/12/2020	Provisão	Amortização	Saldo final 31/12/2021	Efeito da contribuição de participação no Complexo Eólico Ventus e Solar Ouroeste	Provisão/Reversão	Transferência	Amortização	Atualização monetária	Ressarcimento contratual (i)	Saldo final 31/12/2022
CCEE LER 2014	725	4337	-	5.062	-	4.660	(4)	(959)	-	-	8.759
CCEE LER 2010	3.633	1.891	(4.890)	634	-	519	(519)	(346)	-	-	288
CCEE LER 2009	-	-	-	-	12.963	-	(364)	-	-	(1.661)	10.938
Distribuidoras - LEN 2017	-	-	-	-	2	-	-	-	-	(2)	-
Total ativo	4.358	6.228	(4.890)	5.696	12.965	5.179	(887)	(1.305)	-	(1.663)	19.985
CCEE LER 2014	780	-	(750)	30	-	(22)	(4)	(4)	-	-	-
CCEE LER 2010	32.120	18.871	(1.091)	49.900	-	20.047	(519)	-	1.280	-	70.708
CCEE LER 2009	-	-	-	-	27.233	59.336	(364)	-	2.592	-	88.797
Distribuidoras - LEN 2011	64.539	46.874	-	111.413	-	28.886	-	-	6.274	-	146.573
Distribuidoras - LEN 2017	-	-	-	-	7.434	(864)	-	(5.045)	-	-	1.525
Renova Comercializadora - MCSD	467	-	(467)	-	-	-	-	-	-	-	-
Total passivo	97.906	65.745	(2.308)	161.343	34.667	107.383	(887)	(5.049)	10.146	-	307.603

- (i) Refere-se à geração eólica abaixo da contratada no período, principalmente em função da baixa velocidade do vento do complexo Ventus e pelo Curtailment, uma restrição involuntária de geração das usinas requisitada pelo ONS, que impactou a geração do Alto Sertão II.

Suspensão de devolução de ressarcimento

O saldo passivo consolidado de R\$ 307.603 em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 161.343 em 31 de dezembro de 2021) refere-se ao passivo de ressarcimento, cujo pagamento foi suspenso através do Despacho 2303/2019 emitido pela ANEEL. A suspensão impactou os ressarcimentos estabelecidos na contratação de energia elétrica no ambiente regulado e na contratação de energia de reserva perante a Câmara de Comercialização de Energia Elétrica ("CCEE") para analisar e regulamentar o *Constrained-off* de usinas eólicas.

Em 23 de dezembro de 2022, a CCEE divulgou o comunicado (CO 970/22), informando cronograma de processamento dos ressarcimentos para usinas eólicas considerando a energia não fornecida por c-off das usinas comprometidas com Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR por Disponibilidade e Contratos de Energia de Reserva - CER.

Para as fontes eólicas, as reapurações irão considerar a regra do “período transitório” que contempla apenas os meses de janeiro de 2018 a setembro de 2021. Os efeitos de c-off serão calculados para CCEARs e CERs com término do ano contratual até setembro de 2021.

Para o “período definitivo”, referente a outubro de 2021 em diante, a CCEE comunicou que ainda não é possível prever um cronograma de reapurações, uma vez que o processo da Consulta Pública ANEEL nº 22/2022 com os aprimoramentos das regras de comercialização em atendimento à REN nº 927/2021 não foi concluído.

8 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

Capital Social

O capital social da Companhia subscrito e integralizado é de R\$ 2.287.984 representado por 1.867.705.316 ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal e 570.803.110 ações preferenciais, escriturais e sem valor nominal em 31 de dezembro de 2022 (R\$ 1.480.680 em 31 de dezembro de 2021).

Conforme descrito na nota 1, em 03 de janeiro de 2022, a AES Operações celebrou com o Itaú Unibanco S.A, um acordo de investimento por meio do qual o Itaú subscreveu novas ações preferenciais emitidas no contexto de um aumento de capital pela Guaimbê Holding e aportou R\$ 360.000, mediante a emissão de 238.985.110 ações preferenciais escriturais, sem valor nominal, ao preço de emissão de R\$ 1,50637 por ação, passando a deter participação de 23,72% de seu capital social. Desse aumento, R\$ 180.000 foi destinado a conta de capital social e R\$180.000 foi destinado a conta de reserva de capital. Adicionalmente, o montante de R\$ 16.912 relacionado aos custos da transação foi registrado como reserva de capital.

Ainda, a transação incluiu a contribuição, realizada em 06 de janeiro de 2022, na Companhia, pela AES Operações, de sua participação na Ventus Holding, sociedade que compõe o Complexo Eólico Ventus, que controla as sociedades Brasventos, Miassaba e Rei Dos Ventos.; bem como sua participação nas sociedades AGV IV, AGV V e AGV VI, que contemplam a segunda fase do Complexo Solar de Ouroeste, no montante de R\$627.304. Para a contribuição de capital, a Companhia contratou uma consultoria para a elaboração de laudo de avaliação patrimonial com data base em 01 de novembro de 2021. A diferença entre o valor do laudo de avaliação (R\$ 627.304) e o valor patrimonial na data do fechamento da transação (R\$ 591.249), no montante de R\$ 36.055, foi registrado como reserva de capital.

Reserva de lucros

A Companhia constitui reserva de lucros apropriando a destinação de reserva legal de 5% do lucro do exercício, sendo o total da reserva, limitado à 20% do capital social da Companhia, de acordo com os dispositivos e limites estabelecidos em lei, em 31 de dezembro de 2022 constituiu uma reserva de R\$ 11.321 (R\$ 4.946 em 31 de dezembro de 2021).

Reserva de lucros:

Reserva legal

2022	2021
20.078	8.757
20.078	8.757

Destinação do resultado

O estatuto social da Companhia estabelece a distribuição de dividendos mínimos obrigatórios correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado na forma prevista no artigo 202 da Lei 6.404/76. Em 30 de novembro de 2022, a Companhia distribuiu dividendos intermediários no montante de R\$ 129.050. Adicionalmente, de acordo com o estatuto social, a Companhia poderá preparar balanços periódicos a qualquer momento, a fim de determinar os resultados e distribuir lucros em períodos menores.

9 RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

A receita é reconhecida em bases mensais e quando existe evidência convincente de que houve: (i) a identificação dos direitos e obrigações do contrato com o cliente; (ii) a identificação da obrigação de desempenho presente no contrato; (iii) a determinação do preço para cada tipo de transação; (iv) a alocação do preço da transação às obrigações de desempenho estipuladas no contrato; e (v) o cumprimento das obrigações de desempenho do contrato. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização.

As receitas da Companhia e suas controladas são mensuradas conforme as obrigações de desempenho identificadas nos contratos com os clientes, sendo os principais critérios de reconhecimento e mensuração, por segmento, apresentados a seguir:

(a) Receita de suprimento de energia elétrica

A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência de controle sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais, conforme as bases contratadas. A receita de suprimentos de energia elétrica inclui também as transações no mercado de curto prazo.

(b) Venda de Energia na Câmara de Comercialização de Energia – CCEE

As controladas da Companhia reconhecem a receita pelo valor justo da contraprestação a receber no momento em que haja um excedente de geração, após transferências no Mecanismo de Realocação de energia (MRE), liquidada no mercado spot (“mercado de curto prazo”) ao valor do preço de liquidação das diferenças (PLD) e comercializado no âmbito da CCEE, nos termos da Convenção de comercialização de Energia Elétrica.

(c) Leilão de Energia de Reserva (LER) e Leilão de Energia Nova (LEN)

A receita da Companhia é reconhecida conforme a entrega da energia. Dessa forma, o valor da contraprestação reflete o valor justo a receber no momento em que a energia é efetivamente entregue ao cliente.

Os contratos de Energia de Reserva e Energia Nova estabelecem que sejam apuradas em cada ano contratual as diferenças entre a energia gerada pelas usinas e a energia contratada com base na quantidade de energia (MWh) e o preço contratual. Os contratos estabelecem limites para os desvios positivos ou negativos com aplicação de bônus ou penalidades, que devem compor a contraprestação.

	Consolidado	
	2022	2021
	R\$	R\$
Contratos de energia eólicos e solares	596.510	387.185
Ressarcimento	(86.987)	(62.485)
SPOT	5.526	-
Outras	3.082	11.480
Partes relacionadas (i)	29.303	-
Outras receitas	2.812	-
Receita operacional bruta	550.246	336.180
(-) Pis e Cofins	(19.667)	(12.285)
(-) ICMS	(5.807)	(6.648)
Receita operacional líquida	524.772	317.247

- (i) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro do Complexo Eólico Alto Sertão II e AGV Solar com a controladora indireta AES Operações, pois estas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWm de compra e 42,91 MWm de venda. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.

10 CUSTO DE PRODUÇÃO E OPERAÇÃO DE ENERGIA

	Consolidado	
	2022	2021
Custo de produção e operação de energia		
Contratos bilaterais	(239)	(8.799)
Contratos com partes relacionadas (i)	(34.524)	-
SPOT	(120)	-
Outros	(554)	-
Encargos de transmissão	(54.940)	(17.832)
Taxa de fiscalização ANEEL	(3.174)	-
Subtotal	(93.551)	(26.631)
Custo da operação		
Material	(10.208)	(11.542)
Serviços de terceiros	(68.247)	(36.225)
Pessoal e administradores	(4)	-
Depreciação e amortização	(153.808)	(111.026)
Indenização de sinistro	-	1.418
Arrendamentos e aluguéis	(151)	(302)
Perdas na baixa de ativo imobilizado e intangível	-	(212)
Seguros	(4.019)	(2.360)
Taxa de fiscalização - ANEEL	-	(1.960)
Outros custos operacionais	(406)	(1.809)
Subtotal	(236.843)	(164.018)
Total líquido	(330.394)	(190.649)

- (i) A partir de fevereiro de 2019, contratos mensais foram firmados, com o objetivo de troca de lastro do Complexo Eólico Alto Sertão II e AGV Solar com a controladora indireta AES Operações, pois estas tiveram redução de garantia física em 2018 e 2019, porém foram mantidos os contratos de venda, resultando em déficit de lastro. Sendo assim, transações de compra e venda foram realizadas, valorados ao PLD, com volume envolvido de aproximadamente 222,91 MWm de compra e 42,91 MWm de venda. As transações de energia foram realizadas em consonância com as regras estabelecidas e reguladas pela CCEE.

11 GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Material	(151)	(20)	(1.161)	(1.114)
Serviços de terceiros	(1.788)	(598)	(8.525)	(6.018)
Depreciação e amortização	(185)	-	(950)	-
Encargos de uso, transmissão e conexão da rede elétrica	-	-	(862)	-
Outros	-	-	(11)	-
Total	(2.124)	(618)	(11.509)	(7.132)

12 OUTRAS (DESPESAS) RECEITAS OPERACIONAIS

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Working capital Complexo Solar Guaimbê Holding S.A (i)	-	-	23.900	-
Seguros	-	-	(2.799)	-
Outros	228	311	413	(569)
Total	228	311	21.514	(569)

- (i) O montante de R\$ 23.900 refere-se ao ajuste de *working capital* a pagar pelas controladas, finalizado em março de 2022 e relacionado ao fechamento do preço de compra do Complexo Solar Guaimbê Holding, adquirido em 04 de setembro de 2018 da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.

13 RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2022	2021	2022	2021
Receitas financeiras				
Renda de aplicações financeiras	405	2.045	60.304	19.823
Atualização de contas a receber de mercado de curto prazo	-	-	232	2.925
(-) PIS e COFINS sobre receita financeira	(23)	(95)	(741)	(384)
Atualização de créditos tributários	85	1	428	122
Atualização monetária com partes relacionadas (i)	-	-	17.833	-
Variação cambial - fornecedores	-	2.280	2.301	2.280
Renda de cauções e depósitos judiciais	-	-	5.291	1.518
Outras receitas financeiras	-	-	139	1
Total	467	4.231	85.787	26.285
Despesas financeiras				
Juros sobre arrendamento	-	-	(7.571)	(4.267)
Encargos de Dívidas	-	-	(8.293)	(10.711)
Atualização monetária de debêntures	-	-	(6.073)	(12.932)
Variação cambial - fornecedores	-	-	-	(2.002)
Atualização monetária desmobilização	-	-	(989)	-
IOF	(7)	-	(678)	-
Atualização monetária de ressarcimento	-	-	(10.146)	-
Multas	-	-	(1.941)	-
Outras despesas cambiais (ii)	(6.668)	-	(2.301)	-
Outras despesas financeiras	-	-	(217)	(1.168)
Total	(6.675)	-	(38.209)	(31.080)
Total líquido	(6.208)	4.231	47.578	(4.795)

- (i) Em 06 e janeiro de 2022, as AGV IV, AGV V e AGV VI firmaram um contrato de mútuo com a controladora indireta AES Operações. A transação envolve o montante de R\$132.921, sobre o qual incidirão juros equivalentes a 100% da variação acumulada das taxas médias diárias dos DI – Depósitos Interfinanceiros acrescida sobretaxa de 1,48% a.a, com vencimento em 06 de janeiro de 2033.

- (ii) Refere-se ao efeito da variação cambial dos fornecedores em moeda estrangeira relativo ao ajuste de *working capital* a receber pela controladora e a pagar pelas controladas, finalizado em março de 2022. Esse ajuste é relacionado ao fechamento do preço de compra do Complexo Solar Guaimbê Holding, adquirido em 04 de setembro de 2018 da Cobra Brasil Serviços, Comunicações e Energia S.A.

14 COMPOSIÇÃO DA BASE DE CÁLCULO E A CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

A Companhia apura os tributos sobre o lucro com base no regime do lucro real e não apurou lucro tributável no exercício de 2022 e 2021. As Controladas, por sua vez, estão enquadradas no regime do lucro presumido sob o regime de caixa em 31 de dezembro de 2022 e 2021.

No regime sobre o lucro real apurado pela Companhia, a base de cálculo do imposto de renda é calculada sobre o lucro bruto as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada sobre o lucro bruto a qual se aplica a alíquota regular de 9%. A Companhia não apurou lucro tributável no exercício.

No regime sobre o lucro presumido apurado pelas Controladas é realizada com base na forma de tributação do lucro presumido sob o regime de caixa. A base de cálculo do imposto de renda é calculada à razão de 8% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam as alíquotas regulares de 15%, acrescida do adicional de 10% sobre a base de tributos que ultrapassar R\$ 240 ao ano, para o imposto de renda. A base de cálculo da contribuição social é calculada à razão de 12% sobre as receitas brutas provenientes da geração de energia e de 100% das receitas financeiras, sobre as quais se aplicam a alíquota regular de 9%.

Os Impostos diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias. Os Impostos diferidos ativos são reconhecidos em face da expectativa de utilização de prejuízo fiscal e base negativa, bem como diante de diferenças temporárias dedutíveis, na extensão em que seja provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que as diferenças temporárias possam ser realizadas.

	Controladora				Consolidado			
	2022		2021		2022		2021	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
a) Composição dos tributos no resultado:								
Na rubrica de tributos:								
Corrente	-	-	(399)	(152)	(23.780)	(11.031)	(11.754)	(5.995)
Diferidos	1.667	600	(500)	(180)	6.596	2.695	1.603	956
Total	1.667	600	(899)	(332)	(17.184)	(8.336)	(10.151)	(5.039)
b) Demonstração do cálculo dos tributos:								
Resultado antes dos tributos	224.174	224.174	100.143	100.143	251.961	251.961	114.102	114.102
Adições (exclusões):								
Resultado de equivalência patrimonial	(236.346)	(236.346)	(99.870)	(99.870)	-	-	-	-
Ajuste lucro presumido	-	-	-	-	(192.731)	(171.240)	(95.627)	(82.229)
Amortização de direitos contratuais, exploração e autorização	4.068	4.068	3.651	3.651	-	-	-	-
Amortização da mais valia em combinação de negócios	-	-	-	-	4.068	4.068	3.651	3.651
Prejuízo fiscal e base negativa sem imposto diferido constituído	1.393	1.393	(228)	(228)	3.523	3.523	19.485	19.485
Outras	43	43	(100)	(8)	1.915	4.308	(1.007)	980
Total das adições (exclusões)	(230.842)	(230.842)	(96.547)	(96.455)	(183.225)	(159.341)	(73.498)	(58.113)
Resultado ajustado	(6.668)	(6.668)	3.596	3.688	68.736	92.620	40.604	55.989
Alíquota nominal	25%	9%	25%	25%	9%	9%	25%	9%
Tributos	1.667	600	(899)	(332)	(17.184)	(8.336)	(10.151)	(5.039)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-
Total da despesa com tributos	1.667	600	(899)	(332)	(17.184)	(8.336)	(10.151)	(5.039)
Alíquota efetiva	-0,7%	-0,3%	0,9%	0,3%	6,8%	3,3%	8,9%	4,4%

15 INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GERENCIAMENTO DE RISCOS

15.1 Valor justo e classificação dos instrumentos financeiros

O valor justo de instrumentos financeiros ativamente negociados em mercados financeiros organizados é determinado com base nos preços de compra cotados no mercado no fechamento dos negócios na data do balanço.

O valor justo de instrumentos financeiros para os quais não haja mercado ativo é determinado utilizando técnicas de avaliação. Essas técnicas de avaliação podem incluir o uso de transações recentes de mercado (com isenção de interesses), referência ao valor justo corrente de outro instrumento similar, análise de fluxo de caixa descontado ou outros modelos de avaliação.

Os principais instrumentos financeiros, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia e suas controladas são como segue:

Notas	Mensuração do valor justo	Consolidado				Categoria	
		2022		2021			
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo		
ATIVO (circulante e não circulante)							
	3	Nível 2	4.446	4.446	5.119	5.119	Custo amortizado
Caixa e equivalentes de caixa							
Investimentos de curto prazo	3	Nível 2	537.751	537.751	347.864	347.864	Valor justo por meio do resultado
Contas a receber de clientes		Nível 2	61.987	61.987	39.923	39.923	Custo amortizado
Cauções e depósitos vinculados		Nível 2	35.235	35.235	27.162	27.162	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	7		19.985	19.985	5.696	5.696	Custo amortizado
Contas a receber partes relacionadas		Nível 2	141.972	141.972	-	-	
Total			801.376	801.376	425.764	425.764	
PASSIVO (circulante e não circulante)							
Fornecedores		Nível 2	11.705	11.705	33.197	33.197	Custo amortizado
Dividendos a pagar		Nível 2	45	45	940	940	Custo amortizado
Conta de ressarcimento	7		307.603	307.603	161.343	161.343	Custo amortizado
Debêntures	6	Nível 2	70.740	70.740	105.701	105.701	Custo amortizado
Passivo de arrendamento		Nível 2	82.265	82.265	45.273	45.273	Custo amortizado
Total			472.358	472.358	346.454	346.454	

O caixa e equivalentes de caixa estão classificados como custo amortizado. A rubrica Investimentos de curto prazo é composta basicamente por certificados de depósitos bancários (CDBs) e operações compromissadas, as quais são marcadas a mercado mensalmente com base na curva da taxa CDI para a data final do exercício, conforme definido em sua data de contratação.

Para a rubrica debêntures, o método de mensuração utilizado para cômputo do valor de mercado foi o fluxo de caixa descontado, considerando expectativas de liquidação desses passivos e taxas de mercado vigentes, respeitando as particularidades de cada instrumento na data do balanço.

15.2 Gerenciamento de riscos

A Companhia e suas controladas estão expostas principalmente a risco de mercado, risco de crédito e risco de liquidez, além de riscos adicionais descritos nesta nota explicativa. A ocorrência de qualquer um dos riscos abaixo poderá afetar adversamente a Companhia e suas controladas, podendo causar um efeito em suas operações, sua condição financeira ou em seus resultados operacionais. A estrutura de gerenciamento de riscos, assim como os principais fatores de riscos estão descritos a seguir:

(a) Perdas estimadas em créditos de liquidação (PECLD)

As transações de energia do curto prazo são liquidadas de acordo com as regras de mercado e com as Resoluções da ANEEL. A energia de curto prazo normalmente é liquidada em até 60 dias após o mês de sua ocorrência. Em 31 de dezembro de 2022, a Companhia possui saldos pendentes de recebimentos, principalmente devido ao rateio da inadimplência do setor. Com base em uma avaliação das garantias e históricos de recebimentos, a Companhia concluiu que há evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos e, dessa forma, nenhuma perda estimada em crédito de liquidação duvidosa foi registrada pela Companhia.

Ademais, o montante a receber de energia de curto prazo é administrado pela CCEE que, por sua vez, controla a inadimplência entre os participantes setoriais com base em regulamentações emitidas pelo Poder Concedente, diminuindo o risco de crédito nas transações realizadas.

(b) Riscos resultantes de instrumentos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem exposição para os seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(b.1) Risco de crédito

Consiste no risco da Companhia e suas controladas incorrerem em perdas devido a uma contraparte do instrumento financeiro não cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente de caixa e equivalentes de caixa, investimentos de curto prazo e contas a receber de clientes.

Caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo

Risco associado às aplicações financeiras depositadas em instituições financeiras que estão suscetíveis às ações do mercado e ao risco a ele associado, principalmente à falta de garantias para os valores aplicados, podendo ocorrer perda destes valores.

A Companhia e suas controladas atuam de modo a diversificar o risco de crédito junto às instituições financeiras, centralizando as suas transações apenas em instituições de primeira linha e estabelecendo limites de concentração, seguindo suas políticas internas quanto à avaliação dos investimentos em relação ao patrimônio líquido das instituições financeiras e aos respectivos ratings das principais agências.

A Companhia e suas controladas utilizam a classificação das agências Fitch Ratings (Fitch), Moody's ou Standard & Poor's (S&P) para identificar os bancos elegíveis de composição da carteira de investimentos. Quaisquer instituições financeiras que apresentem, em pelo menos uma das agências de risco, rating inferior ao estabelecido (AA-), em escala nacional em moeda local, não poderão fazer parte da carteira de investimentos.

Quanto aos valores de exposição máxima por instituições financeiras, vale o mais restritivo dos seguintes critérios definidos pela Companhia: (i) Critério de Caixa: Aplicações de no máximo 20% (Patrimônio Líquido (PL) da instituição financeira inferior a R\$6.000.000) até 25% (PL superior a R\$6.000.000) do total da carteira por instituição financeira. (ii) Critério de Patrimônio Líquido da Companhia: Aplicações de no máximo 20% de seu PL por instituição financeira; e (iii) Critério de PL da instituição financeira recebedora de recursos: Cada instituição financeira poderá receber recursos de no máximo 3% (PL inferior a R\$6.000.000) até 5% (PL superior a R\$6.000.000) de seu PL. Vale o mais restritivo dos critérios i, ii e iii.

A exposição máxima ao risco do crédito na data base de 31 de dezembro de 2022 é a seguinte:

	Consolidado	
	2022	2021
Caixa e equivalentes de caixa	4.446	5.119
Investimentos de curto prazo	537.751	347.864
Contas a receber de clientes	61.987	39.923
Conta de ressarcimento	19.985	5.696
Cauções e depósitos vinculados	35.235	27.162
Contas a receber partes relacionadas	141.972	-
Total	801.376	425.764

(b.2) Risco de gerenciamento de capital

A Companhia e suas controladas controlam suas estruturas de capital de acordo com as condições macroeconômicas e setoriais, de forma a possibilitar os pagamentos de dividendos, maximizar o retorno de capital aos acionistas, bem como a captação de novos empréstimos e emissões de valores mobiliários junto ao mercado financeiro e de capitais, entre outros instrumentos que julgar necessário.

De forma a manter ou ajustar a estrutura de capital, a Companhia e suas controladas podem revisar a sua prática de pagamento de dividendos, aumentar o capital através de emissão de novas ações ou vender ativos para reduzir o nível de endividamento, se for o caso.

A Companhia e suas controladas também monitoram constantemente sua liquidez e os seus níveis de alavancagem financeira, além de buscar o alongamento do perfil de suas dívidas, de forma a mitigar o risco de refinanciamento.

A Companhia e suas controladas incluem dentro da estrutura de dívida líquida: empréstimos e financiamentos, menos caixa e equivalentes de caixa e investimentos de curto prazo.

Na tabela abaixo, está demonstrado o índice de alavancagem financeira:

Notas	Controladora		Consolidado		
	2022	2021	2022	2021	
Debêntures	6	-	-	70.740	105.701
Caixa e equivalentes de caixa	3	(47)	(41)	(4.446)	(5.119)
Investimentos de curto prazo	3	(22.686)	(908)	(537.751)	(347.864)
Cauções e depósitos vinculados		-	-	(35.235)	(27.162)
Dívida líquida		(22.733)	(949)	(506.692)	(274.444)
Patrimônio líquido		2.911.547	1.972.466	2.911.547	1.972.466
Índice de alavancagem financeira		-0,78%	-0,05%	-17,40%	-13,91%

Além do endividamento financeiro apresentado acima, a Companhia e suas controladas monitoram sua situação financeira com base em índices financeiros utilizados para fins de covenants, conforme nota explicativa nº 6.

(b.3) Risco de liquidez

O risco de liquidez acontece com a dificuldade de cumprir com obrigações contratadas em datas previstas.

A Companhia e suas controladas adotam como política de gerenciamento de risco: (i) manter um nível mínimo de caixa como forma de assegurar a disponibilidade de recursos financeiros; (ii) monitorar diariamente os fluxos de caixa previstos e realizados, (iii) manter aplicações financeiras com vencimentos diários ou que fazem frente aos desembolsos, de modo a promover máxima liquidez; (iv) estabelecer diretrizes para contratação de operações de hedge exclusivamente para mitigação dos riscos financeiros da Companhia, bem como a operacionalização e controle destas posições.

A tabela a seguir apresenta informações sobre os vencimentos futuros dos passivos financeiros da Companhia e suas controladas. Para a rubrica “Debêntures” estão sendo considerados os fluxos de caixa projetados. Por se tratar de uma projeção, estes valores diferem dos divulgados na nota explicativa nº 6 As informações refletidas na tabela abaixo incluem os fluxos de caixa de principal e juros.

	Menos de 3 meses	De 3 a 12 meses	De 1 a 2 anos	De 2 a 5 anos	Mais que 5 anos	Total em 31 de dezembro de 2022	Total em 31 de dezembro de 2021
Fornecedores	11.705	-	-	-	-	11.705	33.197
Debêntures	-	33.099	41.976	12.080	-	87.155	85.216
Passivo de arrendamento	1.840	2.015	4.615	5.411	68.384	82.265	45.273
Total	13.545	35.114	46.591	17.491	68.384	181.125	163.686

De acordo com o CPC 40 Instrumentos Financeiros: Evidenciação, quando o montante a pagar não é fixado, o montante evidenciado é determinado com referência às condições existentes na data de encerramento do exercício. Portanto, o IPCA e TJLP utilizados nas projeções correspondem aos índices verificados na data de 31 de dezembro de 2022.

(b.4) Risco de taxa de juros

A Companhia e suas controladas possuem debêntures remuneradas pela variação do IPCA, acrescidos de juros contratuais. Consequentemente, está exposta à flutuação destas taxas de juros e índices, impactando suas despesas financeiras.

O montante de exposição líquida da Companhia aos riscos de taxas de juros na data base de 31 de dezembro de 2022 é:

	2022
Investimentos de curto prazo	537.751
Cauções e depósitos vinculados	35.235
Conta de ressarcimento - ativo	19.985
Conta de ressarcimento - passivo	(307.603)
Passivo de arrendamento	(82.265)
Debêntures	(72.514)
Total	130.589

Os montantes de debêntures apresentados na tabela acima referem-se somente às dívidas indexadas ao IPCA e não contemplam os saldos de custo de transação.

Com base nos dados disponíveis na CETIP, Banco Central e FGV, foi extraída a projeção dos indexadores CDI e IPCA para um ano, e assim definindo-o como o cenário provável; a partir deste, foram calculadas variações de 25% e 50% das aplicações financeiras, debêntures e ressarcimento.

Aplicações financeiras	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Receitas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
CDI			6,78%	10,17%	13,56%	16,95%	20,34%
Investimentos de curto prazo	CDI	537.751	36.460	54.689	72.919	91.149	109.379
Impacto no resultado			36.460	54.689	72.919	91.149	109.379
Total da exposição líquida			36.460	54.689	72.919	91.149	109.379

Dívidas	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
1ª Emissão (1ª série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(25.786)	(2.689)	(3.050)	(3.414)	(3.777)	(4.141)
1ª Emissão (2ª Série) - AES Tietê Eólica	IPCA	(46.728)	(4.998)	(5.653)	(6.314)	(6.974)	(7.634)
Impacto no resultado			(7.687)	(8.703)	(9.728)	(10.751)	(11.775)
Total da exposição líquida			(7.687)	(8.703)	(9.728)	(10.751)	(11.775)

Ressarcimento	Risco	Posição em 31/12/2022	Projeção Despesas Financeiras - 01 ano				
			Cenário I (-50%)	Cenário II (-25%)	Cenário Provável	Cenário III (+25%)	Cenário IV (+50%)
IPCA			2,62%	3,92%	5,23%	6,54%	7,85%
Ressarcimento - ativo	IPCA	19.985	524	783	1.045	1.307	1.569
Ressarcimento - passivo	IPCA	(307.603)	(8.059)	(12.058)	(16.088)	(20.117)	(24.147)
Impacto no resultado			(7.535)	(11.275)	(15.043)	(18.810)	(22.578)
Total da exposição líquida			(7.535)	(11.275)	(15.043)	(18.810)	(22.578)

(b.5) Risco de aceleração de dívidas

A Companhia tem contratos de dívida (emissões de debêntures) com cláusulas restritivas (“covenants”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros. Essas cláusulas restritivas somente serão apuradas a partir da entrada em operação dos empreendimentos. A não observância dos índices financeiros, verificados anualmente, após a entrada em operação, implica na possibilidade de antecipação do vencimento da dívida, o que teria um impacto adverso no fluxo de caixa da Companhia.

(c) Outros riscos considerados relevantes

(c.1) Risco socioambiental

A instalação e operação de empreendimentos voltados à geração de energia elétrica utilizam e/ou interferem em recursos naturais e podem causar impactos ambientais. Portanto, as atividades da Companhia estão sujeitas a diversas leis e regulamentos ambientais que estabelecem padrões de qualidade e de proteção ambiental que devem ser respeitados e que, se violados, podem sujeitar os infratores às sanções administrativas, cíveis e criminais, além da obrigação de reparação de danos ambientais.

As diretrizes ambientais adotadas pelas sociedades pertencentes ao Grupo econômico da Nova Energia S.A, baseiam-se, entre outros, no princípio de prevenção, na responsabilidade social e no cumprimento da legislação ambiental aplicável ao setor em que atuam. O gerenciamento ambiental de todas as atividades das empresas do Grupo AES no Brasil é realizado com foco na proteção ao meio ambiente, na prevenção à poluição, atendimento à legislação e melhoria contínua de seus processos, inclusive por meio da sua Política de Sustentabilidade, considerando de forma equilibrada aspectos econômicos, ambientais e sociais.

(c.2) Risco em renováveis não-hídricas

Constrained-off de usinas eólicas

O *constrained-off* de usinas pode ser definido como a restrição de geração demandada pelo operador centralizado com relação à programação devido às limitações da rede de transmissão ou requisitos de reservas operacionais. Nessas situações, o gerador encontra-se impedido de atender seus contratos ou outros compromissos por meio da geração de suas próprias unidades geradoras.

Essa frustração da geração caracteriza o custo de oportunidade atrelado ao *constrained-off* de usinas.

Em 22 de março de 2021, foi publicada a Resolução nº 927/2021, que estabelece procedimentos e critérios para apuração e pagamento de restrição de operação por *constrained-off* de usinas eólicas.

Para isso, o ONS avaliará os eventos de restrição de operação por *constrained-off* que forem motivados por indisponibilidade das instalações de transmissão classificadas como Rede Básica e Demais Instalações de Transmissão – DITs no âmbito da Distribuição.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Considerando o Despacho nº 2303/2019, de 20 de agosto de 2019, a ANEEL suspendeu a avaliação pela CCEE dos eventos de *constrained-off* para o ACR até que houvesse regulamentação. As regras serão aplicadas somente para pedidos de reconhecimento de *constrained-off* protocolados na ANEEL cuja apuração foi suspensa pelo Despacho ANEEL nº 2303/2019. Tais eventos são limitados ao CCEAR e CER, não incluindo eventos do ACL.

Ainda, o reconhecimento de eventos motivados por indisponibilidade nas instalações de Distribuição, exceto para DIT, não está previsto. Assim, para eventos do passado, ocorridos até setembro de 2021, os ressarcimentos devem ser avaliados e recontabilizados de acordo com a regra posta na nova regulamentação em consonância ao que se aplicava no passado (precedentes), ou seja, deverão ser ressarcidas todas as restrições elétricas no limite dos contratos de comercialização.

Para o ACL, processos administrativos serão julgados caso a caso, visto que a resolução não aprovou o ressarcimento generalizado.

No que se refere ao futuro, eventos ocorridos após setembro de 2021, os ressarcimentos serão devidos após extrapolada uma franquia de 78 horas anuais de energia restringida. As classificações sobre restrições no ONS foram alteradas, sendo algumas elegíveis com franquia, outras sem e outras não elegíveis. Sobre essa regra há ainda pontos que devem ser detalhados em regras e procedimentos da CCEE e ONS, respectivamente.

Em outubro de 2021, por meio do Despacho nº 3.080/2021, a ANEEL aprovou a Regra de Comercialização que estabelece o cálculo da energia não fornecida decorrente de *constrained-off* de usinas eólicas. Considerando que a Regra aprovada foi de encontro com o entendimento, principalmente de que fossem consideradas as restrições energéticas para apuração do *constrained-off*, a Associação Brasileira de Energia Eólica (ABEEólica) protocolou na ANEEL recurso administrativo requerendo:

- a. Reconhecimento de restrições energéticas;
- b. Não limitação do reconhecimento no atendimento dos contratos de energia de reserva;
- c. Reconhecimento da energia do PROINFA como energia do ACR para que haja direito de ressarcimento.

Até que se avalie o recurso, as regras podem ser aplicadas, recontabilizando a energia restringida por *constrained-off*. A CCEE informou que efetuará 12 contabilizações, iniciando em novembro de 2021, sendo que em cada contabilização 3 meses seriam recontabilizados. No entanto, em comunicado de novembro de 2021, a CCEE informou a postergação dos processamentos de energia não fornecida proveniente de *constrained-off* “em decorrência do tempo necessário para validação de parâmetros de entrada com o ONS.

A CCEE publicou em dia 31 de janeiro de 2022 o comunicado CO 069/22, que informa que foram realizadas tratativas das informações sobre os dados de entrada a respeito do *constrained-off* com o ONS, conforme o último comunicado CO 870/21, e foram identificadas inconsistências, as quais foram indicadas para ANEEL junto com a solicitação de ajuste na metodologia de cálculo. Até o momento, a CCEE não se manifestou sobre o cronograma das recontabilizações.

Lastro de Energia de Reserva para usinas eólicas e solares

Em 15 de dezembro de 2020, foi publicada a Resolução Normativa ANEEL nº 909/2020, que, ao aprovar novas Regras de Comercialização de Energia Elétrica, introduziu, entre outras providências, a “Penalidade por Insuficiência de Lastro de Energia de Reserva”. Nesta condição, o caderno de Regras “Penalidade de Energia de Reserva” foi alterado a fim de contemplar a aplicação de penalidade para usinas eólicas e fotovoltaicas vencedoras de leilões de energia de reserva em caso de insuficiência de lastro de energia para cumprimento de seus contratos. Tal penalidade passará a ser calculada a partir de janeiro de 2022, sendo que os efeitos financeiros devem ser percebidos a partir de julho de 2022.

A Companhia, juntamente com outros agentes do setor e em nome da ABEEólica e Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), contratou um parecer jurídico-regulatório a fim argumentar que a decisão da ANEEL quanto a aplicação de penalidade por insuficiência de lastro não deve ocorrer para as usinas eólicas e fotovoltaicas, alegando principalmente que a Lei 10.848/2004 não impõe a obrigação de constituição de lastro de Energia de Reserva, pois sua função é garantir o fornecimento de energia elétrica. Neste sentido, está em estudo pelas associações supracitadas uma requisição de suspensão destas penalidades.

16 EVENTOS SUBSEQUENTES

Em 28 de novembro de 2022, foi aprovada a redução de capital no montante de R\$ 440.907, dos quais, em 30 de janeiro de 2023, R\$ 103.216 foram restituídos aos acionistas detentores de ações preferenciais da Companhia e R\$ 337.691 foram restituídos aos acionistas detentores de ações ordinárias da Companhia, sem alteração na quantidade de ações de emissão. O capital social da Companhia passou para R\$ 1.811.022.